

# O PODER DO RELATO NA IDADE MÉDIA PORTUGUESA: A BATALHA DO SALADO DE 1340 LITERATURA\*

Fátima Regina Fernandes\*\*

**Resumo:** o objeto central deste artigo refere-se à análise das narrativas produzidas sobre a Batalha do Salado, fato histórico ocorrido entre os dias 28 e 30 de outubro de 1340 na Península Ibérica junto ao rio que deu nome à Batalha. Neste evento se opuseram hostes cristãs e muçulmanas, resultando na vitória dos cristãos castelhanos e portugueses.

**Palavras-chave:** Narrativa. Linhagem. Nobreza.

THE POWER OF THE REPORT ON THE MIDDLE AGES PORTUGUESE: THE BATTLE OF SALADO 1340

*Abstract: the object of this paper refers to the analysis of narratives produced about the Battle of Río Salado, historical fact occurred between 28 and 30 October 1340 in the Iberian Peninsula along the river that gave its name to the Battle. This event opposed Christians and Muslims, resulting in victory for the Christian Castilians and Portuguese.*

**Keywords:** Narrative. Lineage. Nobility.

## INTRODUÇÃO

**A**o falarmos das batalhas medievais devemos levar em conta que tratamos de eventos de natureza político-militar e que tal como qualquer outro ato de hostilidade desta magnitude resulta do fracasso de prévias negociações de entendimento e tentativas de supressão do evento.

Outro aspecto a considerarmos é que a reconstituição das ações depende sempre, no caso medieval, de relatos elaborados por testemunhas oculares ou por cronistas que buscam em testemunhos e documentos as fontes de elaboração de seus relatos. Estes relatos têm, portanto, salvo um ou outro caso específico, sempre uma forte motivação histórica, eles podem ser pedagógicos e sempre o são, mas não são ficcionais, pois partem de um acontecimento confirmado por documentação existente. Assim, ainda que sejam construídas segundo intenções ideológicas, constituem-se como matéria histórica que servirá de base à construção de identidades de grupos ou mesmo de reinos inteiros. Trata-se de estra-

\* Recebido em: 04.07.2011.  
Aprovado em: 07.08.2011.

\*\* Doutora em História pela Universidade do Porto. Professora na Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos Mediterrânicos. E-mail: lxa90@hotmail.com.



tégia antiga que possivelmente motivou o desenvolvimento da própria escrita e que fez da História o instrumento mais eficiente de consolidação de poder a partir das re-elaborações do passado. Este, feito de muitas versões consolida-se através dos relatos oficializados e torna-se motor de ações legitimadas no presente por este passado e de projetos de futuro. Uma cadeia que ao ser descoberta pelos homens há muitos séculos tornou-se uma vertente indispensável das relações de poder que complementam as dimensões política e militar destas realidades históricas.

O que podemos fazer hoje com estas fontes? O destaque obsessivo e crédulo ao fato histórico empreendido pelas escolas historiográficas dos inícios da época contemporânea já foi suficientemente relativizado e criticado e agora o que nos resta fazer? Ao historiador do século XXI, consciente da verdadeira natureza e transcendência destas construções historiográficas cabe a função de explorá-las adequadamente liberto dos grilhões dos fanáticos exorcismos ao fato histórico, elemento chave do seu *metier*. Daí nossa proposta de análise da batalha do Salado, fato histórico que ocorreu entre os dias 28 e 30 de outubro de 1340 na Península Ibérica junto ao rio que deu nome à batalha, quando se opuseram hostes cristãs e muçulmanas num evento cruzadístico de grande importância estratégica e militar e que resulta na vitória dos cristãos castelhanos e portugueses. As condições político-diplomáticas que antecedem o evento serão brevemente apresentadas visto que já existem suficientes estudos sobre este tema, assim, nos deteremos mais nos ecos desta batalha, nas construções e reconstruções imediatamente posteriores, suas motivações e impacto no ambiente político-cultural medieval português. Assim, a utilização do relato da batalha do Salado na própria medievalidade portuguesa enquanto instrumento ideológico constituirá objeto central deste trabalho.

Feita esta opção cabe ainda justificar outros recortes demandados pela própria natureza desta obra que trazemos agora a foro. Um deles é a opção por fontes apenas portuguesas; trata-se de evento que envolve dois grupos de oponentes, os reinos de Portugal e Castela e os reinos de Granada e Benimerine e cada um deles elabora uma versão distinta dos eventos. Daí a minha intenção de lançar o repto a outros historiadores que realizem a análise dos outros relatos e que possamos num futuro próximo comparar as versões, empreitada que não seria possível realizar no espaço limitado de um capítulo de livro. Além disso, a barreira linguística também é um fator impeditivo de minha parte para a realização desta tarefa, visto que o domínio da língua árabe constitui fator indispensável à perfeita análise das fontes medievais muçulmanas, competência que esta autora não detém. Fica o desafio a pesquisadores que se sentirem atraídos por este tema.

## CONTEXTO HISTÓRICO

O sultão benimerine Abû-l-Hasan'Alî, rei de Fez e Marrocos alia-se com o emir de Granada Yûsuf I no sentido de recuperarem territórios cristãos na Península Ibérica. O sultão ameaça o estreito de Gibraltar e as forças de resistência ao cerco, comandadas pelo Prior do Hospital e almirante castelhano acabam destroçadas por uma tempestade. O rei Afonso XI recorre a seu sogro, Afonso IV de Portugal buscando seu auxílio diante de ameaça real à Cristandade ainda que as pazes ainda muito recentes de 1339 entre os dois reinos gerassem certo desconforto nesta aliança forçada. O rei português enviaria uma frota capitaneada por seu almirante genovês, Manuel Pessanha (FERNANDES, 2001, p. 199 – 226) e Aragão mandaria igualmente seus contingentes de galés. Em meados de agosto de 1340 o sultão Abû-l-Hasan'Alî chega a Algeciras e com auxílio do rei granadino põe cerco a Tarifa em meados de setembro. As forças terrestres de Afonso IV juntariam-se às castelhanas em Sevilha mas os contingentes de ambas as partes são numericamente imprecisos, calcula-se, no entanto, da parte dos muçulmanos uma proporção quatro vezes maior de combatentes (LOMAX, 1984, p. 217; COSTA, 2001-2, p. 8).

O Conselho cristão resolve pela divisão de forças de ataque cabendo ao rei português combater os granadinos e ao rei castelhano os benimerines. Muitos seriam os protagonistas das várias fases da luta em ambos os lados, mas ao final os líderes muçulmanos fogem e a vitória e o botim caberia aos cristãos recepcionados como heróis em seu retorno a Sevilha.

Existem muitas referências em fontes medievais a esta batalha, buscaremos agora apresentar os documentos que contêm estas referências contextualizando-os



A fonte genealógica portuguesa mais contemporânea deste episódio apresenta-nos a maior narrativa portuguesa a se dedicar ao tema da Batalha do Salado integrada ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, terminado em sua forma original de redação antes de 1344<sup>1</sup> do qual existem vários manuscritos e edições. A narrativa do Salado que ela apresenta é considerada unanimemente pelos especialistas uma peça de alto valor literário do ponto-de-vista da forma, estilo e matéria.

Esta obra genealógica foi coligida por Alexandre Herculano em meados do século XIX na composição da *Portugaliae Monumenta Historica* seção *Scriptores*. As principais referências à batalha e à biografia de um dos epígonos do episódio, o Prior da Ordem do Hospital em Portugal, Álvaro Gonçalves Pereira encontram-se no título vinte e um do referido livro. Este título, no entanto, apresenta-se nesta edição de Herculano dividido entre dois volumes, o segundo volume correspondente à terceira parte do livro de linhagens onde se encontra o relato mais longo da batalha (PORTUGALIA MONUMENTA HISTORICA, 1856 – 1897, p. 185 – 190) e o terceiro volume correspondente à quarta parte do livro de linhagens que apresenta ampla genealogia do ramo dos Pereira de onde descende o Prior e termina com a menção a que naquele tempo fez-se a *lide de Tarifa* (ID IBID, p. 285-6).

José Antonio Saraiva utiliza em seus estudos os fragmentos da Biblioteca da Ajuda, num deles o chamado *Quarto Livro de Linhagens* que apresenta a biografia de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior do Hospital participante ativo da batalha que terá papel decisivo no ato e nos relatos sobre a mesma seguida de rápida menção à *lide de Tarifa*. Segundo Saraiva (1971, p. 1-3) a narrativa originariamente continuaria no chamado *Terceiro Livro de Linhagens* onde se encontra um longo relato da batalha propondo assim, que na forma original o livro traria uma inversão em relação à edição de Herculano.

Em edição mais recente da responsabilidade de Joseph Piel e José Mattoso o mesmo *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* sofre uma reconversão de forma. O título vinte e um é reunido no mesmo volume e a seguir à genealogia do Prior e à menção à *lide de Tarifa* inicia-se imediatamente o grande relato da batalha, executando a forma original do livro prevista por Saraiva. Após o relato da batalha o livro continua, nesta versão, de onde o terceiro volume dos *Portugaliae Monumenta Historica* pára, após a referência à *lide de Tarifa*<sup>2</sup> tornando a obra mais coerente do ponto-de-vista cronológico.

O que nós chamamos de relato mais desenvolvido da batalha constitui, no entanto, uma narrativa integrada de forma artificial no texto, parte de uma obra de literatura genealógica que como vimos os editores tiveram de interferir no afã de torná-lo mais pertinente no interior do livro de linhagens referido. Trata-se de um texto que ocupa em sua forma editada cerca de quinze páginas sem título que o apresente, iniciada bruscamente com a frase “*a sua natura é defender por u vam*”.

### Refundições e Interpolações

Este clássico da literatura genealógica portuguesa, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* contém em sua matéria original referência à lide do Salado, mas a narrativa da batalha é resultado de uma extensa interpolação ao primitivo texto da obra. Esta e outras interpolações existentes e reconhecidas são resultado de refundições posteriores do livro e a descrição da luta apresenta-se na seqüência da linhagem dos Pereira, a qual, tanto Lindley Cintra como José Antonio Saraiva e José Mattoso confirmam tratar-se de material apócrifo, acrescentado entre 1360 e 1383<sup>3</sup>. Contudo, ateremos-nos à segunda refundição, considerando que a versão que dispomos hoje é a que resulta desta interpolação, ainda que revista no século XV<sup>4</sup>.

### Discussões sobre a Autoria

Por se tratar de um texto apócrifo existe uma discussão sobre a sua autoria, matéria amplamente tratada por historiadores e filólogos que passamos aqui a apresentar.

José Antonio Saraiva defende a excepcionalidade do título vinte e um do Livro de Linhagens que contém a biografia do Prior Álvaro Gonçalves Pereira e a narrativa da lide de Tarifa. Este título seria, portanto, *in totum* da responsabilidade de um mesmo autor, possivelmente um dos interpoladores, visto que terminada esta parte o restante do livro retoma uma estrutura de estilo mais coerente com



a tradicional literatura genealógica. Inclusive defende que a narrativa da batalha seria o centro do discurso e as referências genealógicas parênteses intercalados à mesma. Após ampla exemplificação, Saraiva conclui que *quase todo o título XXI do Livro atribuído ao Conde D. Pedro é da mesma mão de um grande prosador, e que o são também alguns outros textos isolados, relativos aos antepassados do Prior D. Álvaro Gonçalves Pereira*. O autor seria então, um amigo ou criado do Prior, ligado direta ou indiretamente à Ordem dos Hospitalários (SARAIVA, 1971, p. 11-3).

A partir desta constatação Saraiva parte para a defesa de algumas hipóteses relativas ao autor deste título apócrifo do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Em primeiro lugar defende a pré-existência de uma história do Prior, uma espécie de Crônica particular que teria sido completamente incorporada ao Livro do Conde. Outra hipótese possível é a de que o redator da narrativa do Salado fosse também o responsável por toda refundição do Livro, tendo, portanto, redigido de próprio punho a narrativa para este fim. Na defesa sutil desta última, Saraiva acrescenta os vestígios desta hipótese no título XXXV onde se recolhe uma das muitas pistas que confirmam a refundição, *Diz o Conde D. Pedro no seu livro...*, título que se refere à linhagem de Vasco Martins de Pimentel, bisavô do Prior Álvaro Gonçalves Pereira. O autor estaria, assim, corrigindo dados genealógicos desfavoráveis ao Prior, tarefa da qual teria sido incumbido.

A partir deste ponto, Saraiva começa a discutir a identidade do refundidor e o faz fundamentado no estilo da redação. Declara o texto como fruto da mão de um erudito de prosa ágil, mas disciplinada, escritor seguro que domina a complexidade da sintaxe como a de alguém acostumado a redigir em Latim. Descarta a possibilidade de tratar-se de Fernão Lopes, a quem a ideologia predominante na narrativa do Salado de caráter cavaleiresco seria totalmente autonômica. Gomes Eanes de Zurara ficaria em questão de estilo, nas palavras do historiador, *um século depois, muito atrás*. Não chega a resolver o enigma, mas deixa em aberto algumas conclusões possíveis como a de que segundo a análise estilística o refundidor defenderia uma *ideologia senhorial portuguesa* de base cruzadística na qual o reino português, seu território seria patrimônio hereditário da nobreza. O destaque à solidariedade linhagística acarretaria, naturalmente uma extensão aos outros reinos peninsulares, assim, a defesa da *comunidade hispânica*, da *fraternidade de armas peninsular* encontra destaque nesta narrativa e em outras como a narrativa da conquista de Sevilha frente aos mouros. Assim, sem levar adiante a pretensão de arriscar levemente a atribuição da autoria desta narrativa apócrifa Saraiva encerra o texto deixando algumas pistas a serem seguidas, trata-se de autor que defende a exaltação dos valores senhoriais e cavaleirescos de gerações proscritas além de uma concepção historiográfica centrada na biografia de homens notáveis. Zurara seria assim, segundo Saraiva, um continuador menos competente destas propostas e conclui o seu texto provocando o leitor com uma constatação nada ingênua de que entre a narrativa apócrifa do Salado e as Crônicas de Zurara ficaria a

Crônica do Condestabre Nuno Álvares Pereira, que é o filho mais notável do nosso Prior D. Álvaro, do Salado, um dos raros sobreviventes do naufrágio em que perdeu a nobreza dos Livros de Linhagens (SARAIVA, 1971, p. 14-6).

As diferenças estilísticas entre a narrativa do Salado e a *Crônica do Condestabre* seriam ressaltadas por Saraiva em nota, para que ficasse clara a sua pouca convicção de tratar-se do mesmo autor<sup>5</sup>, no entanto, fica claro que em sua aceção este seria alguém que partilhava dos mesmos ideais cavaleirescos e cruzadísticos bebidos no ambiente das Ordens Militares da Península Ibérica.

José Mattoso na edição crítica dos Livros de Linhagens do *Portugaliae Monumenta Histórica* a propósito da autoria do Livro de Linhagens retoma e reforça as conclusões de Lindley Cintra reconhecendo ser Pedro Afonso entre 1340-44 e defende ainda que o material do *Livro Velho* (1270) e do *Livro do Deão* (1337-43) matéria genealógica portuguesa anterior ao Livro do Conde teria sido utilizado na elaboração do original *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Posteriormente, este material teria passado às mãos dos Pereira sendo utilizado em suas refundições<sup>6</sup> demarcando, assim, a sua posição a favor da atribuição da autoria do texto apócrifo por parte da linhagem dos Pereira.

Segundo José Mattoso (1980) a primeira refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* teriam ocorrido entre 1360-5, cerca de vinte anos após a morte do Conde e teriam sido possivelmente patrocinadas por Álvaro Gonçalves Pereira que teria complementado informações genealógicas,



apesar de omitir dados flagrantes que seriam de seu conhecimento, ocorridos entre estes anos, sem, no entanto, interferir nos trechos narrativos<sup>7</sup>. Daí nosso maior interesse pelas discussões acerca da refundição reconhecida por Mattoso de 1380-83, data em que o Prior já estaria morto, nas quais, além disso, se faria a interpolação da narrativa do Salado.

Neste ponto, José Mattoso (1980) segue de perto as conclusões de Saraiva (1971) e aponta a proximidade do Prior aos refundidores destacando que a vivacidade do relato deveria-se à possível narração direta do Prior presente na batalha do Salado, realizada pouco antes de sua morte em 1380 ao redator da refundição. Mattoso defende ainda amparado em elementos fornecidos pelo filólogo J. Piel uma hipótese de paralelismo entre o presumível refundidor da obra *Amadis de Gaula*, Vasco Lobeira de quem pouco se sabe, apenas que teria vivido à época do rei D. Fernando, segundo Gomes Eanes de Zurara. Sem aprofundar a questão, Mattoso justificado pela falta de informações que corroborem esta hipótese dá por encerrada a discussão sobre a autoria dos refundidores do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* entre 1380-83 e, em outro trabalho, o historiador refere-nos que a edição que hoje dispomos do Livro e, portanto, aquela que usaremos neste trabalho é do século XV (MATTOSO, 1992, p. 315).

José Mattoso descarta ainda hipotéticos refundidores como Dr. João das Regras e Fernão Lopes, cuja sustentação inconsistente encontraria-se já universalmente reconhecida. Especialmente em relação a Fernão Lopes destaca uma *verdadeira incompatibilidade ideológica entre o refundidor e este cronista*<sup>8</sup>.

O historiador português destaca ainda a produção cultural medieval portuguesa a partir do século XIII como fruto de uma colaboração dos clérigos na cultura profana especialmente a serviço da nobreza senhorial do Entre-Douro-e-Minho. As genealogias especialmente,

que ajudam os nobres a adquirirem consciência do tempo, da sucessão das gerações no passado, e introduzem no mundo do escrito aqueles que até então se exprimiam apenas no âmbito de uma cultura oral (MATTOSO, 1985, p. 325-6).

Assim, a literatura genealógica portuguesa seria o que ele identifica como *expressão da ideologia de "classe"* da nobreza. Inclui nesta lógica as narrativas do Livro de Linhagens recolhidas posteriormente, as quais consagravam por escrito as memórias e os feitos heróicos dos antepassados da nobreza, levando-nos a concluir que, segundo Mattoso seria possível pressupor a mão de um clérigo por trás da narrativa que aqui analisamos construindo um passado de tradições predominantemente senhoriais e também peninsular em conformidade com Saraiva. Em seu trabalho deixa um repto aos historiadores ao propor que através do estudo do conteúdo das narrativas do Livro de Linhagens chegar-se-ia ao mundo mental e cultural da nobreza medieval portuguesa.

Mattoso reforça, assim, a maioria das conclusões de Saraiva e aponta para uma valorização do tom cruzadístico do redator da narrativa interpolada, possivelmente um clérigo que pregava a solidariedade nobiliárquica peninsular como elemento de identidade de grupo; bem poderia ser alguém inserido na Ordem do Hospital.

A partir desta discussão também gostaria de adicionar alguns ingredientes ligados à análise prosopográfica relativamente aos Pereira, linhagem extensa e cujo principal representante desde 1375 seria o Prior Álvaro Gonçalves Pereira, filho legitimado e clérigo do Arcebispo de Braga. O cabeça de linhagem, Rui Vasques Pereira seria acusado de traição ao rei e ainda que deixasse filhos menores, a prerrogativa de liderança sócio-política da linhagem recairia nas mãos do Prior e de outro ramo colateral, representado por Rui Gonçalves Pereira, de quem descenderiam os Condes da Feira. Estes, só alcançariam projeção após o advento da dinastia de Avis, portanto, depois de 1383, então, visto que usufruíssem do destaque dado à linhagem, seriam possíveis patrocinadores da interpolação. Os filhos mais velhos do Prior morreriam nos campos de Aljubarrota em 1385 e um deles exilar-se-ia definitivamente em Castela. Nuno Álvares Pereira, um dos seus filhos mais novos teria seu próprio exercício de projeção reconhecido junto ao rei D. João I. No entanto, em trabalho anteriormente desenvolvido apresento a possibilidade de outro indivíduo, Álvaro Gonçalves Camelo, criado na Casa do Prior, neto de Rui Gonçalves Pereira e sobrinho dos senhores da Feira<sup>9</sup> e que assumirá em 1384, o Priorado da Ordem do Hospital e que pode ter sido o agente desta refundição (FERNANDES, 2006, p. 264 – 284).

Ajuntamos, assim, mais um possível interessado em utilizar-se de uma figura proeminente da linhagem em benefício de sua projeção fazendo um caminho semelhante ao de Álvaro, a partir da



direção da Ordem Militar do Hospital, cujos valores e estratégias seriam assim, legitimados. Conclusão que vai de encontro à sugestão de Saraiva acima exposta e sutilmente apresentada em seu trabalho assim como das reflexões mais amplas de Mattoso (1985) sobre a tendência à participação clerical na elaboração destas obras de justificação ideológica da cavalaria e do reforço da dimensão senhorial e peninsular da *cultura nobre portuguesa* (MATTOSO, 1985, p. 327). Somente um monge-guerreiro teria plenas condições de valorizar uma atuação belicista contra os infiéis e fazer deste discurso um apelo à unidade dos *bellatores* hispânicos e de retorno à sua identidade e consciência de poder nos moldes originais, ainda que encabeçados por um modelo projetado pela e para a Ordem Militar do Hospital em Portugal, o Priorado do Crato.

Bem, fica patente, a partir destas reflexões que a interpolação realizada no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* seria um projeto laudatório da linhagem dos Pereira através da consagração da figura de Álvaro Gonçalves Pereira, Prior dos Hospitalários em Portugal entre 1380-83. Um texto certamente exarado do ambiente das Ordens Militares impregnado de seus valores e de alguma forma no topo de uma estratificação nobiliárquica. Justificado pelo serviço prestado à fé e ao reino, estes monges-guerreiros deveriam ser vistos, através das lentes da narrativa do Salado no Nobiliário como verdadeiras referências modelares a todo conjunto da sociedade cavaleiresca e nobiliárquica, especialmente a laica. O seu desempenho e a qualidade de suas ações na defesa do reino contra os inimigos da fé mostraria a indispensabilidade destas Ordens e reveria os critérios classificatórios de hierarquização dos estratos privilegiados, relativizando defeitos de nascimento, sangue e patrimônio. A nobreza portuguesa e peninsular deveria espelhar-se nestes homens da fé e da espada a fim de recuperar sua auto-estima de grupo frente à crescente centralização régia e à crise de identidade que atravessava havia algumas décadas.

O filho mais ilustre do Prior, o Condestável Nuno Álvares Pereira promoveria uma continuidade da estratégia de seu pai, deixando em sua Crônica particular o testemunho de seus feitos no reino a serviço da dinastia de Avis; “mais que um clérigo, um santo. A linhagem dos Pereira estaria, assim, definitivamente ligada à História do reino português” (FERNANDES, 2009, p. 421-46).

#### Outras Fontes que Relatam a Batalha

Outra fonte que contem menções à batalha seria a *Crónica Geral de España de 1344* da pena do Conde D. Pedro de Barcelos, cujos estudos de Luís Filipe Lindley Cintra bem demonstraram tratar-se de obra redigida imediatamente após o *Livro de Linhagens* aproveitando-se da matéria recolhida pelo autor/organizador. Além disso, o eminente filólogo e lingüista português e Diego Catalán Menendez Pidal demonstram, ainda tratar-se de obra autônoma em relação à *Primera Crónica General* ou *Estoria de España* de Afonso X. A influência de estilo e proposta desta última é flagrante em relação à fonte portuguesa, no entanto, trata-se de elaboração com seleções de objetos e referências diferentes daquelas que o rei castelhano seleciona em sua obra, além disso, “Menendez Pidal destaca o *aportuguesamento* da História e Geografia peninsulares da iniciativa do Conde Pedro Afonso em sua obra” (MENENDEZ PIDAL, 1962, p. 298). A discussão sobre os manuscritos disponíveis da *Crónica* não permite-nos afirmar categoricamente se o texto que hoje dispomos seria anterior ou posterior à narrativa da batalha do Salado interpolada em 1380 e atualizada no século XV do Nobiliário do Conde D. Pedro, portanto, consideramos apenas a data da redação original da Crónica, até porque não existe uma polêmica tão intensa relativamente às suas atualizações textuais resultado de cópias posteriores.

A presença do Conde na Corte castelhana durante exílio que lhe foi imposto por seu meio-irmão o rei Afonso IV serviria como uma espécie de estágio de formação intelectual à qual dá azo aplicativo quando de seu retorno a Portugal em 1325. Durante esta estadia na Corte de Maria de Molina, segundo Menendez Pidal, Pedro Afonso teria entrado em contato como método historiográfico daqueles que faziam um trabalho de continuação, refundição no fundo, da *Primera Crónica Geral* de Afonso X, além de conhecer profundamente as fontes castelhanas que mais tarde viria a aproveitar em sua obra<sup>10</sup>.

Uma obra com algumas interpolações apócrifas, cujos manuscritos são reorganizados em sua parte formal por Lindley Cintra tentando desvendar os vínculos de complementaridade entre os manuscritos avulsos e sua parte considerada original. Assim, a Crônica dedica-se a apresentar os preparativos da batalha em Castela e as negociações de apoio do rei português a D. Afonso XI, assim como a



explicar as razões pelas quais o Conde de Barcelos não pôde estar presente à batalha, vítima de doença que o embargou a meio da viagem; apenas seus vassallos lutam no Salado liderados, no entanto, por João Afonso de Albuquerque. O relato da batalha em si resume-se a comunicar o resultado da lide com vitória dos cristãos.<sup>11</sup> Mesmo na Crônica de Afonso XI consta uma posterior ida do Conde de Barcelos às Cortes de Arena para justificar pessoalmente ao rei castelhano as razões de sua omissão ao chamado para a batalha<sup>12</sup>. Trata-se, portanto, de uma obra cujo protagonismo cabe em boa parte ao Conde de Barcelos e o relato do episódio da batalha do Salado serve apenas como argumento demonstrativo da transcendência política do Conde na sociedade política luso-castelhana.

Outra fonte medieval que contém relatos da Batalha do Salado é a *Crônica de D. Afonso IV* contida nas *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*<sup>13</sup>, obra cuja iniciativa de produção e patrocínio caberia ao rei D. Duarte, mas cuja autoria oficial é também desconhecida. Magalhães Basto atribui ao cronista Fernão Lopes a responsabilidade da elaboração da referida crônica e Silva Tarouca, editor da mesma, tenta comprová-la demonstrando a continuidade do trabalho lopeano ao destacar passagens das primeiras Crônicas régias com remissões a acontecimentos relatados nas Crônicas reconhecidas deste cronista, a de D. Fernando e D. João I num estilo redacional bem parecido ao de Lopes<sup>14</sup>. A questão da autoria, no entanto, permanece em aberto já a datação rondaria os inícios do século XV<sup>15</sup>.

E com isto, depois de apresentarmos as possíveis atribuições de autoria, datação e motivações elaboradoras das três fontes que utilizaremos neste estudo, partimos imediatamente para o estudo interno das narrativas da Batalha do Salado nas três fontes medievais portuguesas: a *Crônica Geral de España de 1344* (século XIV), o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (XIV-XV) e as *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal* (século XV).

## Discussão

Bem, o título vinte e um do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* que contém os descendentes de Gonçalo Rodrigues de Palmeira, cabeça da linhagem de onde descenderiam os Pereira conectaria dentro das estratégias de exposição da estrutura genealógica do livro esta linhagem ao rei Ramiro, herói da Reconquista cristã e é nele que se interpolaria, na segunda refundição, o extenso trecho narrativo da participação do Prior na lide do Salado. Estratégia que coloca o Prior, monge guerreiro, numa posição paralela à dos heróis da Reconquista<sup>16</sup>, uma estratégia de superioridade ideológica nobiliárquica frente à instituição monárquica que serve bem aos intuítos de engrandecimento de uma figura ou de um grupo, bastando para tanto incluir a sua biografia nesta estrutura<sup>17</sup>.

Assim, esta fonte funcionaria como crônica particular de Álvaro Gonçalves Pereira e instrumento alçador da sua linhagem às vésperas da crise dinástica de Borgonha após o que outro expoente desta linhagem, seu filho natural, Condestável Nuno Álvares Pereira assumiria esta função já na dinastia de Avis. As ações do Prior da Ordem do Hospital representariam no Livro de Linhagens o ideal cruzadístico aplicado a um nobre idealizado lutando contra o infiel na Península Ibérica, o qual se sobrepõe ao ideal régio ainda que na narrativa interpolada de Álvaro Gonçalves Pereira destacam-se inúmeras ações de relevo que contribuem também na construção do perfil de fiel vassalo.

O relato interpolado contribui assim, no projeto maior do Livro de Linhagens no sentido de demarcar a prerrogativa e autonomia da instituição nobiliárquica frente à monarquia, mas utiliza-se igualmente dele como instrumento abalizador da prerrogativa de uma linhagem específica, dos Pereira no contexto da refundição do livro.

O rei Afonso IV aparece pronunciando as tradicionais palavras de encorajamento às suas hostes, discurso que Saraiva define como *o mais admirável resumo que conheço da ideologia senhorial portuguesa medieval* (SARAIVA, 1971, p. 15-16), mas logo em seguida, no texto, aparece a seguinte intervenção: *Disse [a] dom Alvaro Gonçalvez de Pereira [...] que fizesse mostrar a Vera Cruz do Marmelar que lhi el mandara trager*.<sup>18</sup> O símbolo da Ordem dos Hospitalários aparece no relato como elemento de reforço do ânimo dos portugueses, ao que se segue um discurso encorajador enunciado pelo próprio Prior, o qual teria obtido mais sucesso que o do rei. Ou seja, a alta nobreza ali presente e inclusive o rei são encorajados e tocados pelas palavras do Prior, ele próprio ainda jovem, seu pai, Arcebispo de Braga, igualmente presente, todos aos pés da Cruz dos Hospitalários, realçando o potencial catalizador, de empatia mística de Álvaro Gonçalves Pereira. A partir deste prólogo, o rei Afonso IV desapareceria



de cena. Os estudos de Ricardo da Costa sobre o peso da simbologia da Cruz do Marmelar, relíquia que teria sido levada da Terra Santa para Portugal onde ficaria sob a guarda da Ordem do Hospital demonstram o uso comum da mesma estratégia discursiva contida na *Crónica da Conquista de Lisboa aos Mouros de 1147*. Também aqui a presença física da Cruz na batalha teria recobrado as forças dos cristãos granjeando-lhes a vitória<sup>19</sup>.

Assim, no relato do Livro do Conde D. Pedro, é o Prior quem profetiza ao rei português que ao colocar a bandeira da Santa Cruz do Marmelar como intercessora junto a Deus da fé dos portugueses alcançaria a vitória antes mesmo dos castelhanos,

‘E nom dultedes que, pela sua vertude e por os boos fidalgos vossos naturaes que aqui teedes, havedes de vencer estas lides, e vós havedes de vencer primero’” El rei e aqueles que com ele estavam forom mui ledos e esforçados destas palavras do priol dom Alvaro (PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA, 1897, p. 244).

As falas são dirigidas por um monge hospitalário, mas os agentes da luta a serem animados são genericamente identificados como fidalgos, sem menção aos representantes de outras ordens militares ali presentes, todos pertenceriam à hoste cristã, liderada e incentivada pelo Prior da Ordem do Hospital. Em determinado momento da batalha, segundo a narrativa a Cruz não é mais vista e os portugueses tentam animar-se mutuamente com valores norteados pela ética cavaleiresca, animados pela similitude aos atos heróicos de seus antepassados, apostando na violência indiscriminada e na luta sangrenta,

Senhores, este é o nosso dia, em que havemos d'escrerecer, e este é o dia da vitoria e da honra dos fidalgos. Este é o dia da salvaçom de nossas mulheres e filhos e daqueles que de nós decenderem. E este é o dia em que havemos semelhar nossos avoos, que gaanharom a Espanha. Este é o dia da salvaçom das nossas almas; nom se perca hoje per nossa fraqueza. Feiramo-los de toda crueldade (PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA, 1987, p. 245).

A salvação das mulheres e famílias dá um tom prioritariamente nobiliárquico à motivação, no entanto, quando a situação torna-se ainda mais crítica as exortações dos cavaleiros entre si assumem um tom cada vez mais de sacrifício pela fé diante da morte certa,

Senhores, nembrade-vos como Jesu Christo recebeu morte por nos salvar. Esto devemos nós fazer por el todos, prender morte hoje dia, por salvar a sa fe. E os que morreremos hoje seeremos com el no seu reino celestial, u há moradas tam nobres que se nom podem dizer por línguas. Os que daqui sairnos se // eremos louvados d'honra, de vitoria, de prez, de bondade de toda a cristaidade, que estam em coita e tormenta, com muitas lagrimas por sas faces esperando que por nós e por os nobles cavaleiros de Castela seeram hoje salvos (PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA, 1987, p. 246).

Os paralelos entre o perfil de atuação dos guerreiros cristãos no relato do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* com o modelo dos cavaleiros de Ordens Militares tecido por Bernardo de Claraval no tratado *De la excelencia de la nueva milícia* dedicado aos cavaleiros templários de Jerusalém e que imediatamente seria guia de todas as Ordens de monges-guerreiros são bastante significativos. O tratado inicia questionando a morte realizada por motivos vãos como aquelas motivadas pelo desejo de conseguir território ou uma vingança e mesmo uma morte provocada por um ato de legítima defesa ou mera glória de conquista. Qualquer uma destas vitórias salvaria o corpo, mas faria morrer a alma, daí que São Bernardo desenvolva no capítulo terceiro desta obra o elogio da nova milícia, a daqueles que lutam o bom combate,

Mas no es lo mismo respecto de los caballeros de Jesucristo, pues combaten solamente por los intereses de su Señor, sin temor de incurrir en algún pecado por la muerte de sus enemigos ni en peligro ninguno por la suya propia, porque la muerte que se da o recibe por amor de Jesucristo, muy lejos de ser criminal, es digna de mucha gloria. Por una parte, se hace una ganancia para Jesucristo, por otra es Jesucristo mismo el que se adquiere; porque este recibe gustoso la muerte de su enemigo en desagravio suyo y se da más gustoso todavía a su fiel soldado para su consuelo. Así, el soldado de Jesucristo mata seguro a su enemigo y muere con mayor seguridad. Si muere, a sí se hace el bien; si mata, lo hace a Jesucristo, porque no lleva en vano a su lado la espada, pues es ministro de Dios para hacer la venganza sobre los malos y defender la virtud de los buenos (SAN BERNARDO, 1955, p. 857).



Assim, os guerreiros cristãos em sua maioria laicos no Salado, identificados como portugueses ou fidalgos teriam demonstrado uma sintonia com valores dos monges-guerreiros, era como se naquele palco de guerra-santa por milagre prevalecessem princípios cristãos transformando-os todos em clérigos guerreiros. Tal condição prepara na narrativa o ambiente para a realização da virada surpreendente, sem explicação lógica que culminaria no milagre da vitória dos portugueses frente aos grupos de muçulmanos que lhes cabiam combater. Guerreiros sangrentos convertidos em mártires em vida que aceitam seu destino e missão, que se entregam à morte pela fé e que com este despreendimento granjeiam a vitória sobre seus inimigos. Em meio à iminente derrota, às muitas chagas e aos braços cansados os portugueses vislumbram novamente a Cruz do Marmelar que inflama sua coragem destemida diante da morte como se fosse uma relíquia.

Ali se mudou a aventura, que estava de choro [e de lágrimas e de gram lastima] e amargura a toda a cristandade e tornou-se em toda [ledice] e em todo goivo. Os cristãos seguirom a Vera Cruz per u ia (...) [E] entendiam que andavam cobertos da graça da Vera Cruz, em que tragiã os olhos, e andavam per a lide derribando e matando e estroindo a as voontade, como fidalgos que estavam mui mazelados de muito mal que passarom, e andavam per a lide como leões bravos. As espadas que tragiã eram muito alvas; ali se tornarom vermelhas com sangue [e corria pelos manípulos d'elas lorigas ataa os cotovelos, pelos mui grandes golpes que se ali faziam] (PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA, 1897, p. 248-9).

Assim, ao reencontrar a bandeira- relíquia, o Prior e os três cavaleiros que com ele acharam a Santa Cruz do Marmelar caída e a reergueram recobrando as forças das hostes cristãs seriam os intermediários da salvação da Cristandade neste dia e mais tarde seriam sepultados todos juntos ao redor do sepulcro do prior na Capela de Santa Maria de Flor da Rosa no Crato.

Como diz Bernardo de Claraval no respectivo tratado, *a victoria de la guerra no viene del gran número de soldados, sino del favor del cielo*, homens mansos convertidos na hora e pela razão certa em leões, instrumentos da vingança divina, povo eleito, os monges guerreiros,

[...] por una providencia singular y admirable, que son más mansos que los corderos y más feroces que los leones. De manera que, a buena fé, no acierto a decir si se debe calificarlos con el nombre de monjes o de caballeros, si no fuera mejor llamarlos con uno y otro nombre, puesto que tienen tanto la mansedumbre de los monjes como el esfuerzo de los soldados (...) Dios es, vuelvo a desir, quien ha escogido para sí tales siervos y les ha juntado, desde las extremidades de la tierra, de entre todos los más valientes de Israel, para guardar fiel y animosamente el lecho del verdadero Salomón, es decir, el santo sepulcro, con la fuerza de sus armas y con su destreza en los combates (SAN BERNARDO, 1955, p. 862).

No relato do Livro de Linhagens todos os guerreiros são inflamados do mesmo espírito cruzadístico, próprio dos monges-guerreiros e se convertem em instrumentos providencialistas de um destino de defesa da fé nos territórios cristãos da Península Ibérica. Contaminados pela ideologia hospitalaria, os fidalgos portugueses compreenderiam neste episódio de grande aflição o seu destino e missão dentro da Cristandade, serem como guerreiros leões ou cordeiros obedientes prontos ao sacrifício em conformidade com os desígnios divinos. Uma narrativa sem dúvida sacralizadora dos modelos nobiliárquicos portugueses a partir do ideário das Ordens Militares, transformando os portugueses em povo escolhido por Deus para uma função indispensável, a defesa de sua fé; um duradouro destino providencialista se anunciava ao reino português e apresentava-se como nos diz Saraiva, num estilo *elegante, erudito, alatinado, com tendência para o arredondamento oratório e para os arquétipos idealizados* (SARAIVA, 1971, p. 16).

Naturalmente o recurso a este argumento simbólico legitimador de ação provocado pela aparição da Cruz do Marmelar fortalece a justificação sócio-política da Ordem Militar do Hospital em Portugal num contexto de escassez do movimento de Reconquista. No entanto, devemos considerar que Álvaro Gonçalves Pereira, que além da participação no Salado lutaria ainda por sua Ordem em Rodes, monopoliza este espaço e garante inclusive que a partir do Crato, patrimônio de referência da Ordem em Portugal referendado e reconhecido pelos monarcas, construam-se as bases de preeminência de seu ramo de linhagem. Os seus filhos seriam instituídos a partir deste núcleo patrimonial (FERNANDES, 2005, p. 165 – 1820), seu filho primogênito o sucederia no priorado da Ordem e só a



crise dinástica de 1383 poria em risco a continuidade deste projeto, época da interpolação da elegia às suas ações relembrando o protagonismo deste personagem já falecido.

Já na *Crónica de D. Afonso IV* parte das *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, existe o mesmo relato dando, no entanto, muito menor ênfase ao papel do Prior na luta. O episódio da apresentação da Cruz do Marmelar existe, mas de forma muito mais concisa (CRÔNICA DOS SETE PRIMEIROS REIS DE PORTUGAL, 1952, p. 340). O relato todo da batalha é muito menos detalhado, o autor desta Crônica régia, possivelmente Fernão Lopes, escrevia na primeira metade do século XV, quando as testemunhas das ações seriam já inexistentes e as referências documentais escassas. No entanto, para além deste fator funcional devemos considerar que a natureza desta obra é a construção da *laus régia*. A ação do Prior de apresentar a Cruz é referida, mas ao fim diz-se:

EllRey de Purtuguall foy nesta batalha o primeyro vytoryoso, e que della como prymcypall vemçedor me-reçeo ho prymcypall louuor. Assy como ho Pryoll do Crato na comfyança da vera Cruz e na esperança de sua vertude lhe prometera” (CRÔNICA DOS SETE PRIMEIROS REIS DE PORTUGAL, 1952, p. 108 – 11)

A virtude do Prior depositar-se-ia na sua fé e a do rei no seu valor pelas armas. O rei necessitava da Cruz para alentar suas hostes do ponto-de-vista espiritual, mas na batalha responderia por sua função de conduzir à vitória. Funções distintas, mas, complementares, legitimadas na mesma Crônica régia. Além disso, na referida crônica aparece menção a outros epígonos como João Afonso de Albuquerque, Pero Fernandes de Castro e seu meio-irmão Álvaro Peres de Castro, os Infantes bastardos de Afonso XI, Enrique, Fradique, Fernando e Tello, Juan Manuel, enfim toda a nata da sociedade política ibérica reunida e dividindo a cena na parte que relata a Batalha do Salado, diluindo, assim, o flagrante protagonismo do Prior do Crato na narrativa do Livro de linhagens.

Assim, a individualização dos reis no registro cronístico, distanciado cronologicamente ou não, dos fatos relatados atende sempre ao mesmo móbil de realização, a legitimação de uma dinastia a partir da atuação de um de seus indivíduos que se destacaria como modelo para o restante dos reis. Tal esforço ultrapassa a mera elegia pessoal, trata-se de uma ação política deliberada, pertinente ao processo de construção de uma identidade do *Regnum*. Para além dos signos e símbolos elaborados e oficializados pela monarquia como o selo régio, o brasão do rei, as armas do reino, dentre outros, a estratégia de construir um perfil régio num suporte cronístico reforçava o sentido histórico de um passado comum às pessoas que habitavam naquele espaço político. Trata-se de uma estratégia legitimadora e centralizadora conduzida pela monarquia. A Crônica é um agente aglutinador, de coesão, a partir da figura régia e das adesões históricas à mesma, num passado recente. No entanto, cada vez mais a guerra justa é a do rei, só ele deve deflagrá-las ou encerrá-las, só seus argumentos são legítimos, os tributos, a fiscalidade, como um todo, cada vez mais só se justifica se canalizada ao rei e aos usos que dele fará o rei, distanciado dos ideais nobiliárquicos. Assim, cada vez mais o rei representa o *regnum*, não por mero acaso, mas em parte como resultado da madura construção da narrativa histórica da Crônica régia.

A monarquia portuguesa encontraria, assim, em meados do século XV na rememoração da Batalha do Salado numa Crônica régia, talvez na pena de Fernão Lopes um argumento ainda viável e válido de justificação da vocação cruzadística do reino português traduzida e confundida com uma potencial vocação ultramarina. A re-significação da batalha constituiria estratégia perene e eficiente de definição de uma identidade do reino e os usos possíveis da recuperação de imagens legitimadoras ao longo da diacronia construiria um perfil funcional do reino português dentro do conjunto da Cristandade.

Mas, e a *Crónica Geral de España de 1344*, o que nos traz da batalha? Bem, o seu texto bastante entrecortado nas partes respeitantes aos reis portugueses, composto inclusive, de manuscritos posteriores apresenta apenas uma menção projetiva ao falar da guerra de Afonso XI de Castela contra Afonso IV de Portugal no episódio de disputa pela mão de Constança Manuel,

[...] E por detiimento desta dona Costança que nõ podia viir a Portugal, ouve el Rey dom Affonso de fazer guerra a el Rey de Castella e esta guerra durou huu tempo.

Mas depois foram muy be aviindos, segundo conta a estória, ca lhe fez depois muytas e boas ajudas, assy de sua frota como de seu corpo e de seus naturaaes, ca o foy ajudar quando ouve a batalha de Taryffa com



el Rey de Bellamarim e com os outros reys de Portugal e tornaremos a contar do emperador dom Affonso (CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344, 1951, p. 262).

Nos manuscritos U,Q, L e P da Crónica, Cintra guia-nos nos relatos que continuariam a narrativa dos preparativos da batalha, por tratar-se de manuscritos relativos aos reis de Castela apresentam Afonso XI como organizador da lide, justificam a ausência do Conde D. Pedro, mas falam também de outros epígonos presentes na batalha,

El Rey Don Alfonso avia enbiado sus cartas a todos sus ricos omnes e vasallos que se fuesen en pos el a Sevilla, a la mayor priesa que lo fazer pudiesen [...] el conde don Pedro, que era hermano del rey don Alfonso, luego que ovo su recabdo se partio de su tierra, non embargando(embargante Q)que era mucho enfermo e gelo defendieron los fisicos. E yendo por el camino, acresçentole el dolor ya tanto que non podia yr e esto fue por quatro vezes e quando esto vio fizose levar en andas. Pero con todo esto, fizose la vatalla entretanto; de la qual cosa porque non llego a ella le peso muy mucho; e esto mesmo aconteçió a otros ricos omnes e vasallos e non pudieron porque eran mucho alongados.

[...] mando el Rey de Castilla a estos ricos omnes que diremos que aguardasen el pendon del rey de Portugal: primeramente don Johan Alfonso de Albuquerque con todos los vasallos del conde don Pedro(del infante don Pedro Q) e con su pendon... (CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344, 1951, p. CLXIV).

Termina uma parte da Crónica com o relato da vitória dos reis cristãos e seu encontro em Sevilha,

E desta guisa que avedes oyodo, vencieron los reyes de Castilla e de Portugal la vatalla de Tarifa e, despues que la ovieron vencida, tornaronse para Sevilla muy honrados e con grand placer (ID IBID, p. CLXV).

Mais uma vez terminariam os relatos da parte da História dos reis de Portugal com um dos maiores acontecimentos peninsulares ligado à defesa da Cristandade,

[...] Ca (o rei de Portugal) lhe fez despois muytas e boas ayudas, assy de sua frota como de sua pessoa e de seus naturaaes, ca o foy ajudar quando ouve a batalla em Taryffa com el Rey de Bellamarim e com outros reys mouros [...] (CRÔNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344, 1951, p. CLXV).

No conjunto dos manuscritos que compõem a *Crónica Geral de 1344* devemos reforçar a observação de que muitas seriam as observações sobre a vida pessoal do Conde D. Pedro, seu casamento, suas aventuras ao longo de sua vida em detrimento de trechos esparsos e limitados relativos à batalha a que não esteve presente. O foco nesta parte está no Conde e numa aliança peninsular benfazeja para a unidade da nobreza cristã liderada por seus reis, onde o protagonismo encontra-se diluído com a escassez dos detalhes do confronto, na verdade o relato apenas lembra a vitória sem falar dos eventos que a promoveram.

Mais uma vez trata-se de uma fonte que busca construir a unidade hispano-cristã destacando a importância da solidariedade nobiliárquica e de seu apoio aos reis. Assim o fizeram os interpoladores da narrativa do Salado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*; assim o faria o autor das *Crônicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. O prólogo do Livro de Linhagens, da autoria do próprio Conde diz muito a respeito desta proposta de lembrar a dignidade esquecida dos *bellatores* em pleno século XIV, a indispensabilidade de sua colaboração à monarquia e sua identidade peninsular e cruzadística. Um projeto que justifica o esforço de *catar por gram gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagees* (PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – LIVRO DE LINHAGEM DO CONDE D. PEDRO, p. 55); mais importante que lutar era filtrar e registrar os atos destes antepassados que construíram o reino. Cabia ao nobre a função também de escrever, ouvir, ler e passar adiante o relato do passado que o justifica do ponto-de-vista sócio-político. O Conde declara sua intenção, *compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha* e em seguida citando uma leitura cristianizada de Aristóteles diz *se homees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus* (PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA – LIVRO DE LINHAGEM DO CONDE D.



PEDRO, p. 55). Ou seja, a nobreza com todo seu potencial de mutualidade se servisse apenas e desinteressadamente à causa cristã poderia dispensar o arbítrio terreno do próprio rei, valendo-se apenas de seu sentido de justiça natural, congênito e que ao defender a fé cristã poria também em prática os valores de solidariedade que lhe estavam adscritos implantando o reino de Deus na terra. Afinal, *nem ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de uu sangue*, a qual, segundo o Conde andava esquecida e caberia a ele lembrá-la.

Daí que seria no bojo do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* que a interpolação da narrativa mais detalhada que chegou até nós da batalha do Salado teria seu lugar mais adequado. Trata-se de um texto apócrifo ao livro, mas integra-o como uma luva, completando com a elegia do Prior do Crato uma feição cruzadística de Portugal e quicá ibérica, pautada pela eficiência de sua nobreza guerreira, a qual se encontra apenas sussurrada nas duas outras fontes.

Neste ponto, damos espaço às palavras de Luís Krus que tão bem tratou o tema,

Sintonizando-se com o hispanismo da grande nobreza do século XIV que, por essa via, combatia o fortalecimento da centralização monárquica em curso nos reinos peninsulares, a ordem hospitalaria, em cuja direcção se encontravam elementos oriundos de distintas famílias da fidalguia ibérica, procurava assim, afirmar-se como força político-militar empenhada no restabelecimento da perdida unidade da Hispânia de Reconquista. É neste contexto que se dá a refundição de 1380-83 do Livro de Linhagens, na qual a narrativa da batalha do Salado funciona como manifesto programático, numa conjuntura em que, depois das guerras entre Portugal e Castela, se ia pôr à prova, com o advento de João I e da dinastia portuguesa de Avis, a exequibilidade do projecto (KRUS, 1994, p. 298).

Assim, a elegia ao Prior seria uma espécie de *espelho de nobres* construído para cumprir um destino hispânico, cuja coordenação, neste caso, caberia à Ordem do Hospital.

## CONCLUSÃO

Vemos, assim, a título conclusivo que o reino e a nobreza, fortemente interdependentes constroem suas bases de afirmação e legitimação nos mesmos suportes e instrumentos ideológicos (FERNANDES, p. 291 – 298), a estabilidade do extrato nobiliárquico, nutriz da instituição monárquica resulta num rei fortalecido e num reino estável, afinal, o que pode uma monarquia medieval sem o apoio da sua sociedade política? Concorrência e complementaridade, eis a chave interpretativa das relações régio-nobiliárquicas medievais ibéricas, podemos compreendê-la ao decifarmos os relatos consolidadores do passado, as narrativas das batalhas, os protagonismos declarados e as omissões intencionais. Tal como pedras de roseta, os relatos da batalha do Salado de 1340 levaram-nos a projetos ideológicos, mais que ao resgate de uma reconstituição objetiva dos fatos; estes, intuímos, restauramos parcialmente, a partir das relativizações e leitura crítica contextualizada dos ambientes de produção destas obras, mas o que realmente importa reter é que a construção de um passado idealizado interfere no presente dos homens e perpetua-se nos projetos de futuro como se da mais pura verdade se tratasse. Um fenômeno que não é específico da realidade medieval e que serve até hoje como matéria de reflexão a todos os interessados em fazer História.

## Notas

- 1 Segundo Carolina Michaëlis de Vasconcelos a obra estaria pronta antes de 1325, opinião que Lindley Cintra contesta defendendo como datas prováveis de redação do livro os anos de 1325 a 1344 (*Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. Luís Filipe Lindley CINTRA, Lisboa: Academia Portuguesa da História, Fontes Narrativas da História Portuguesa, v. I, 1951, pp. CLXXXV e CLXXXVI).
- 2 Importante destacar a referência completa: *Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. J. MATTOSO, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, v. II/1, 21G12 a 21G15, pp. 238-57, prossegue pelos descendentes de D. Rodrigo Gonçalves Pereira.
- 3 Segundo António José Saraiva seria entre 1373 (data que o historiador e filólogo atribui à morte do Prior) e 1383 (data da morte do rei D. Fernando) não havendo, portanto, a participação do Prior na redação apócrifa (SARAIVA, op.cit,



- p.13). Já segundo José Mattoso as interpolações do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* datariam de 1360-5 e 1380-83 (*Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v.I, p. 13).
- 4 Ver MATTOSO, A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (sécs. XIII-XIV), in: Id., *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 315. Existe uma edição da narrativa da Batalha contida no *Livro de linhagens do Conde D. Pedro* na obra *Narrativas dos Livros de Linhagens*, ed. crítica J. MATTOSO, Lisboa: INCM, 1983, pp. 127-42.
  - 5 *O estilo da Crónica do Condestabre é muito diferente do autor da batalha do Salado. Este é mais elegante, erudito, alatinado, com tendência para o arredondamento oratório e para os arquétipos idealizados; aquele mais primitivo, mais oral e familiar, brusco e ingenuamente realista* (SARAIVA, *op.cit.*, p. 16, n. 2)
  - 6 Ver *Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v. I, p. 13.
  - 7 Uma encomenda feita a um jurista ou canonista na fala de Mattoso, enfim, um profissional da redação genealógica mantendo estilo narrativo próprio da estrutura da obra. Neste ponto Mattoso destaca a conexão entre o Prior e um vassalo e testamenteiro do Conde D. Pedro, Rui Gonçalves Pereira, tio de Álvaro Pereira, que origina o ramo da linhagem da Casa dos Condes da Feira (*Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v. II/1, pp. 49-50).
  - 8 Opinião compartilhada por A. Caetano de SOUSA, *Historia Genealógica da Casa real Portuguesa*, 2ª ed, Coimbra: (s.n.), 1946, v. I, pp. XV-XVI; Cintra (*Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. Luís Filipe Lindley CINTRA, v. I, p. CLXXX, n. 159) e SARAIVA (SARAIVA, *O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro*) contrariamente a Artur de Magalhães Basto (*Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v. II/1, p. 50).
  - 9 *Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v. II/1, 21J14, 45P5 e 67D3.
  - 10 O *Liber Regum* e sua refundição o *Libro de las Generaciones*, ambos navarros mas muito utilizados na escola castelhana dentre outros. Quanto às estâncias de Pedro Afonso em Castela, Menendez Pidal e Cintra destacam o ano de 1304 quando o futuro Conde acompanharia seu pai, o rei D. Dinis ao reino de Leão e Castela afim de fazer cumprir a sentença arbitral de Tarazona e as pazes de Agreda quando Pedro Afonso faria seu primeiro estágio de estreito contato com os meios cortesãos castelhanos, condição aprofundada depois durante seu exílio de 1317-22 (MENENDEZ PIDAL, *op.cit.*, pp. 304-411; CINTRA, *op.cit.*, (*Crónica Geral de Espanha de 1344*, v. I, pp. CXXXIII- CXXLI e MATTOSO, A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (séculos XIII-XIV), in: *Portugal Medieval*, p. 313).
  - 11 Vide *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. I, Mss.UQ, pp. CLXIII-CLXIV.
  - 12 Ver *Crónica de D. Alfonso el Onceno*, in: *Crónicas de los Reyes de Castilla*, Madrid: BAE, 1910, p. 331.
  - 13 Trata-se do códice 965 da Casa do Cadaval, *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, ed. Crítica de Carlos da Silva TAROUCA, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952, 3 vols.
  - 14 Silva Tarouca que encontra o códice 965 em 1943 demonstra sua hipótese na introdução da obra, *Crónicas dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, v. 1, pp. XXVI-XXIX. Já a hipótese de Magalhães Basto, defendida desde 1942 seria apresentada no trabalho, BASTO, Uma obra de Fernão Lopes até agora desconhecida, in: *Broteria*, LIII(1951): 166-9.
  - 15 Teríamos ainda muitas outras fontes que resgatam os eventos do rio Salado em 1340 como a *Crónica de D. Afonso IV* de Ruy de Pina, cuja edição de 1653 nos arrastaria a outro contexto legitimador de grande especificidade como seja a Restauração da Independência de 1640, pelo que, excusamo-nos de utilizá-la o que nos faria adentrar numa discussão própria da modernidade portuguesa.
  - 16 A este propósito, Luís Krus analisa bem esta função: *Sem dúvida que esta concepção de um providencialismo das milícias peninsulares era, em grande parte, da responsabilidade da refundição de 1380-1383 do Livro de Linhagens. O que não quer dizer que o texto da versão original da fonte não contivesse em si elementos que permitiam tal teorização* (KRUS, Luís, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1994, pp. 137-8).
  - 17 Nas palavras de MATTOSO, uma estratégia de afirmação frente à monarquia que *se exprime nos livros de linhagens e que consiste em pôr a genealogia ao serviço da solidariedade de classe* (MATTOSO, Os livros de linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia na Idade Média, in: *A nobreza medieval portuguesa*, p. 54).
  - 18 *Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, v. II/1, 21G15:86. Como se sabe, a Cruz do Marmelar, assim identificada na fonte seria a Cruz dos Cavaleiros de S. João do Hospital, ou dos Cavaleiros Hospitalários, depois chamados da Ordem de Malta, no entanto, a cruz que acompanharia mais tarde as caravelas dos Descobrimentos Ultramarinos como símbolo da monarquia portuguesa seria a Cruz da Ordem de Cristo, muitas vezes confundida com a Cruz da Malta.
  - 19 Vide COSTA, R., A mentalidade de Cruzada em Portugal (sécs. XII-XIV), pp. 143-78. Vide ainda KRUS, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, p. 135. Saraiva apresenta ainda a continuidade desta estratégia na *Crónica da Tomada de Ceuta* de meados do século XV (SARAIVA, *O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do livro do Conde D. Pedro*, p. 239).



## Referências

- COSTA, Ricardo da, A mentalidade de Cruzada em Portugal (sécs. XII-XIV), in: *Anos 90*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, 16 (2001-2).
- CRÓNICA Geral de Espanha de 1344, ed. Luís Filipe Lindley CINTRA, Lisboa: Academia Portuguesa da História, Fontes Narrativas da História Portuguesa, v. I, 1951.
- CRÓNICAS de los reyes de castilla, Madrid: BAE, 1910.
- CRÓNICAS dos Sete Primeiros Reis de Portugal, ed. Crítica de Carlos da Silva TAROUCA, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1952, 3 vols.
- FERNANDES, F. R, Los genoveses en la armada portuguesa: los Pessanha, in: *Edad Media: revista de Historia*, Universidad de Valladolid, 4 (2001).
- FERNANDES A. Estratégias de Legitimação Linhagística em Portugal nos Séculos XIV e XV, in: *História*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, III série, 7 (2006).
- FERNANDES, A. construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira, in: *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: a guerra e a sociedade na Idade Média*, Porto de Mós / Alcobça/ Batalha, 2008, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009, v. I.
- FERNANDES, F. R, The Pereiras in the portuguese medieval souces, in: *Medieval Prosopography*, Western Michigan University, Kalamazoo, USA, 26 (2005).
- FERNANDES, F.R, Discursos e estratégias de poder na Idade Média Peninsular, in: *Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais*, Fortaleza/ Rio de Janeiro, ABREM, 2009.
- KRUS, Luís, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1994.
- LOMAX, D.W, *La Reconquista*, Barcelona: Editorial Critica, 1984.
- MATTOSO, J. A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (sécs. XIII-XIV), in: Id., *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- MATTOSO, J. As fontes do Nobiliário do Conde D. Pedro, in: Id, *A nobreza medieval portuguesa- a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1981.
- MENENDEZ PIDAL, Diego Catalán, D. Pedro de Barcelos y la entrada de la historiografía alfonsi en Portugal, in: Id, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Universidad de Madrid - Facultad de Filosofia y Letras, Seminário Menendez Pidal, Editorial Gredos, 1962.
- OBRAS completas de San Bernardo. ed. crítica P. Gregório DIEZ RAMOS, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1955, v. II.
- Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...*, Scriptores, ed. Alexandre HERCULANO, Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa, 1856-1897, v. II, tít. XXI.
- Portugaliae Monumenta Historica*, v. III, tít. XXI, pp. 285-8. O *Livro de Linhagens do Século XVI* posteriormente recolheria idêntica biografia do Prior (*Livro de Linhagens do Século XVI*, ed. A.
- Portugaliae Monumenta Histórica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. J. MATTOSO, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, v. II/1, 21G12 a 21G15.
- SARAIVA, A.J, *O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro*, separata do *Boletim de Filologia*, XXII, Centro de Estudos Filológicos. Lisboa, 1971





Figura 1: Batalha do Salado



Figura 2: Capela de Flor da Rosa no Crato

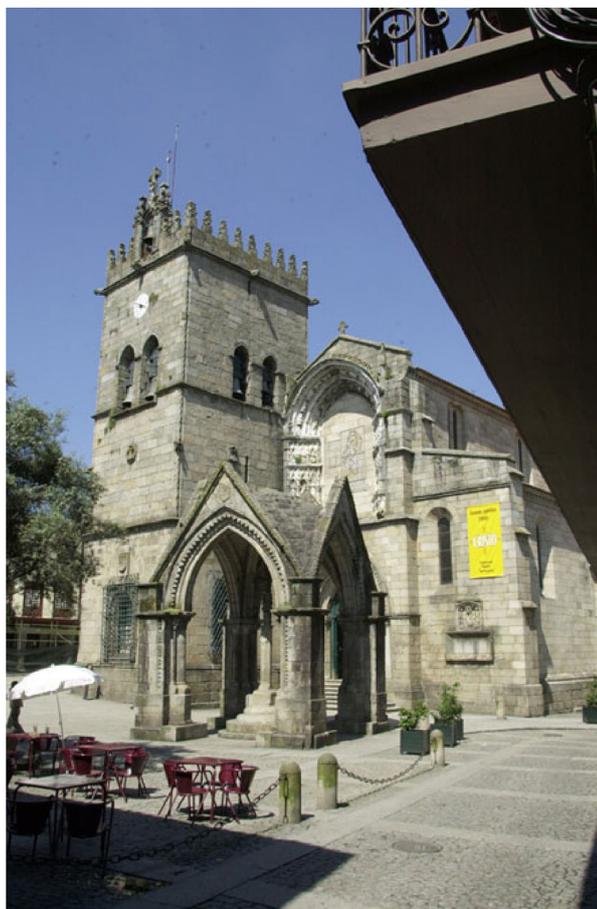


Figura 3: Padrão comemorativo do Salado



Figura 4: Batalha do Salado



Figura 5: Batalha do Salado